

Mulheres negras e marxismo*

de Leticia Parks; Odete Assis e Carolina Cacau

Marxismo: uma teoria indispensável para a luta das mulheres negras

Marxism: an indispensable theory for the struggle of black women

por Cristina Oliveira dos Santos**

Em 2021, segundo ano da pandemia do Covid-19, que no Brasil teve como sua primeira vítima fatal uma mulher negra aposentada e trabalhadora doméstica; momento também no qual se completaria um ano do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, fato que fez eclodir os mais massivos protestos antirracistas da história daquele país, o livro *Mulheres Negras e Marxismo*, das edições Iskra, veio para mostrar que o marxismo possui contribuições muito valiosas para reflexão da luta antirracista.

O livro discorre sobre alguns dos debates centrais a partir da ótica marxista para possibilitar a reflexão de saídas estratégicas para a luta feminista e antirracista. Dividido em quatro blocos temáticos que se comunicam entre si, começa por resgatar distintos processos de luta ao longo da história onde as mulheres negras estiveram na vanguarda. No bloco “Mulheres negras na linha de frente”, seção em que as autoras destacam a importância das mulheres negras na revolução haitiana, na luta contra o apartheid na África do Sul e em fatos mais recentes como o movimento Black Lives Matter, podemos conhecer um pouco sobre mulheres como Cécile Fatiman, a *mambo*¹ que liderou a cerimônia vodu que inaugurou o processo

* São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021.

** Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, Brasil. Integrante do Coletivo de Mulheres Pão e Rosas. End. eletrônico: cristina.osantos@ufpe.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9136-3014>

¹ Conforme indicado no próprio livro nas páginas 63 a 65, o vodu, religião predominante entre os haitianos durante o processo revolucionário, se tornou uma ferramenta para a conspiração

revolucionário no Haiti em 1791. Uma seção que nos faz compreender que as mulheres negras tiveram uma relevância muito maior na história da luta negra do que nos é relatado pelos livros de história oficiais da burguesia.

No bloco “Mulheres negras e o mundo do trabalho”, os textos abordam a situação das mulheres negras quanto à sua condição de trabalho, sendo maioria nos postos de trabalho advindos da terceirização e precarização. A obra problematiza o fato desses trabalhos precários estarem ancorados na opressão racista e patriarcal, que submete mulheres negras a condições de existência precárias que terminam por “justificar” salários baixos, com poucos ou nenhum direitos, como são em sua maioria os trabalhos terceirizados e o serviço doméstico no Brasil.

No mesmo bloco, o livro traz uma entrevista com Mirtes Renata, ativista na luta contra o racismo, que em 2020 perdeu seu filho Miguel Otávio, que foi abandonado pela sua patroa em um elevador; uma cena desumana que só é possível num contexto de profundo racismo. A patroa naquele momento era primeira-dama de Tamandaré, balneário turístico do estado, casada com Sergio Hacker Corte Real, prefeito da cidade pelo PSB, partido que historicamente reuniu parte das oligarquias locais. O caso de Mirtes e Miguel é emblemático para entender como opera o racismo na sociedade de classes, e nos faz perguntar: “e se fosse o filho da patroa?”. Na entrevista, a própria Mirtes Renata responde essa questão, ao falar do porquê decidiu seguir o caminho da luta: “se fosse eu que tivesse feito aquilo com um dos filhos dela, eles iriam me prender [...] se eu tivesse direito à fiança, iria colocar um valor exorbitante que eu não iria conseguir ter dinheiro para pagar” (2021, p.170), de modo muito simples, ela consegue sintetizar uma realidade frequente na vida de milhões de mulheres negras trabalhadoras do nosso país, e também expressar que a nossa posição de classe vai determinar as formas como as opressões nos atravessam.

Em “Mulheres negras e estratégia socialista”, que compõe o terceiro bloco, os textos buscam partir do acúmulo histórico do marxismo para responder diferentes estratégias que são apresentadas ao Movimento Negro e Feminista no Brasil. O texto “Quem é negro no Brasil?” coloca um debate profundo sobre identidade, debatendo contra a perspectiva colorista que, ao abordar o racismo como uma experiência quantificável pelo tom mais claro ou mais escuro da pele, termina por afirmar a tese da mestiçagem como anuladora do racismo, alimentando a divisão dentro da população negra. A seção ainda traz debates com a interseccionalidade e seus pontos de distanciamento e contato com o marxismo, partindo desde o

política. No vodu, a *mambo* é o correlato da mãe de santo do Candomblé e esta figura tinha um papel central nestes ritos. No livro, é atribuído à cerimônia de Bois Caïman, liderada por Cécile Fatiman, o início simbólico da Revolução Haitiana.

prelúdio deste debate com as feministas negras do Coletivo Rio Combahee² ; as elaborações de Kimberle Crenshaw, que cunha o conceito pela primeira vez em 1989, até chegar na ideia mais disseminada deste conceito a partir das elaborações de Patricia Hill Collins.

Ainda neste bloco, no texto “Um debate com Mbembe e a tese de necropolítica em tempos de pandemia”, as autoras trazem um debate com a ideia de “necropolítica” do filósofo camaronês Achille Mbembe, conceito que ganhou força durante a pandemia aqui no Brasil, muito devido ao fato de que em nosso país este período foi atravessado com a extrema direita no poder, levando a cabo – por omissão e decisão – políticas que colocavam em risco a vida de milhões de pessoas. Naquele contexto de *fakenews*, presidente receitando remédios que geravam risco para a saúde e alentando a população que dependia do trabalho informal para ir às ruas trabalhar, ao negar os meios materiais destas pessoas se sustentarem, como seria, por exemplo, um auxílio emergencial que atendesse às suas necessidades, a ideia da morte como uma política de estado consciente parecia altamente palatável.

A isso se somam a cotidiana violência do estado praticada pelas mãos da polícia sobre o povo negro, onde terríveis episódios de chacinas como a do Guarujá ou o assassinato do menino Thiago no Rio de Janeiro, são manchetes corriqueiras nos jornais. Porém, o que as autoras conseguem no texto, partindo de categorias marxistas, é expor que tal tese, ao afirmar que o poder se exerce a partir do gerenciamento da morte (numa analogia com a concepção foucaultiana de biopolítica, desde a qual Achille Mbembe se localiza a partir de uma perspectiva crítica), esconde que a extrema violência do estado sobre a população negra está diretamente relacionado ao medo da revolta negra no país, onde as origens da polícia remonta às forças de repressão criadas a partir do recrutamento de capitães do mato para tentar impedir que os ventos da revolução haitiana soprassem por aqui. Para além desse elemento, essa teoria também termina por excluir a relevância do exército reserva de desempregados, do trabalho precário praticado por milhões de negras, negros e povos racializados do mundo; e exclui principalmente o elemento de como esta precarização funciona, aliada às opressões, para garantir extrações de mais valor ainda maiores para os capitalistas.

O quarto e último bloco de elaborações, chamado “Lutadoras negras”, faz um resgate de figuras femininas que estiveram na vanguarda da luta contra a escravidão e o racismo, e também em defesa dos direitos das mulheres, como a já mencionada Sojourner Truth e Harriet Tubman, mas também Rosa Parks, Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin, às quais poderíamos adicionar tantas outras mulheres, que

² As militantes do Coletivo Rio Combahee se inspiravam em lutadoras negras como Sojourner Truth e Harriet Tubman, mulheres ex-escravizadas que lutaram contra a escravidão nos Estados Unidos e que possuem no livro elaborações específicas contando suas trajetórias. O nome do Coletivo é uma homenagem à ação protagonizada por Harriet Tubman em 1863, que libertou 750 escravizados em uma operação militar durante a Guerra Civil Americana, em 1863.

já apareceram na seção dedicada ao papel das mulheres na linha de frente dos processos de luta negra na primeira seção do livro.

Pelos debates que condensa e considerando a predominância das teorias pós-modernas nos debates sobre as opressões, esta obra ganha uma importância bastante singular ao buscar recuperar os fios de continuidade do marxismo a partir de uma perspectiva de mudança radical da sociedade, tal qual vislumbrada por Marx e Engels (1998), quer dizer, de uma perspectiva revolucionária.

Como colocado nos agradecimentos pelas próprias autoras, “as reflexões presentes nesta edição são iniciais, incentivadas pela realidade que se vive por nascer mulher e negra em um país marcado profundamente pelo racismo” (Parks, 2021, p.09), o livro não pretende abranger todo o amplo debate que existe no marxismo sobre a questão racial, o feminismo e seus desdobramentos, no que diz respeito à situação específica das mulheres negras. Algumas discussões contemporâneas que abundam atualmente nos espaços acadêmicos, como são as teorias pós-coloniais e decoloniais, não são profundamente abordadas, e sabemos que o marxismo tem o potencial de aportar muito nesses temas.

Esse elemento, em nada quita a relevância da publicação, que surge em um país golpeado por um governo de extrema direita, que conseguiu atacar profundamente a classe trabalhadora e as mulheres negras, em particular; com reformas como a da previdência, e que possui elaborações essenciais para o debate em torno da atual conjuntura, onde temos um governo de frente ampla, que busca antagonizar com seu antecessor através de uma maior representatividade, com figuras ministeriais importantes do movimento negro como Aniele Franco e Silvio Almeida, ou do movimento indígena como Sônia Guajajara; mas que ao defender um programa de frente ampla com a burguesia, é incapaz de oferecer respostas concretas para os problemas reais da população negra e indígena. O fato de este atual governo ter aprovado a política do Marco Temporal, que significa um ataque de dimensão histórica aos povos originários, é uma expressão cabal de como a representatividade sem ter uma estratégia de classe para acabar com as opressões, possui limites bastante concretos. Nesse sentido, a elaboração “Feminismo, interseccionalidade e marxismo: debates sobre gênero, raça e classe”, de Josefina L. Martinez, nos traz reflexões substanciais para problematizar a “representatividade” por fora de um conteúdo que parta de compreender a imbricação presente entre gênero, raça e classe.

Trafegando por cada um dos subtópicos do livro, vamos compreendendo o sentido do que disse León Trotsky em 1923, quando coloca que “se realmente queremos transformar as condições de vida, devemos aprender a olhar para elas com os olhos das mulheres” (Trotsky, s/d), frase à qual, aqui no Brasil, seria preciso adicionar que devemos aprender a olhar a vida com os olhos das mulheres negras. Por isso o marxismo, como teoria para a ação revolucionária da classe trabalhadora junto aos oprimidos, se apresenta como uma arma poderosa para a luta das

mulheres negras, no sentido de nos preparar para responder as mais distintas armadilhas liberais, que buscam utilizar nossa identidade para nos acaudilhar atrás de teorias que terminam por defender a possibilidade de um capitalismo sem racismo, ou que colocam o marxismo como uma teoria obsoleta e incapaz de responder a realidade dos setores oprimidos. Muitas das elaborações do livro já dão conta de responder essa falsificação, partindo dos mesmos documentos das Internacionais Comunistas, às trocas de carta entre Marx e Engels (2020) sobre a luta dos escravizados nos Estados Unidos na guerra de secessão americana, como bem está colocado no livro.

Mirla Cisne, debatendo com concepções pós-modernas e pós-estruturalistas no feminismo, coloca que a teoria marxista possui “objetivos explícitos de intervenção política, com fins em um processo revolucionário, mediante o compromisso e os interesses da classe trabalhadora” (Cisne, 2015, p. 102), concluindo que é somente a partir desta teoria que o feminismo poderá ter uma ação transformadora. Poderíamos afirmar nesse sentido, que o livro *Mulheres negras e marxismo* nos dá um pontapé inicial para a recuperação do legado marxista para pensar a luta das mulheres negras à revelia das teorias pós-modernas, que assim como no campo da luta feminista em geral, buscaram aproximar o marxismo da versão caricaturizada e degenerada que foi a experiência Stalinista no estado soviético burocratizado, que representou enormes retrocessos nos direitos democráticos das mulheres. A recuperação do marxismo como ferramenta para a luta das mulheres negras é uma constante que atravessa todo o livro e este é sem dúvida um dos elementos que denota a relevância desta obra.

Na nossa atualidade, onde seguimos numa crise econômica mundial em que a burguesia não é capaz de oferecer nenhuma perspectiva de superação, vivemos uma guerra como a da Ucrânia e atravessamos pandemias com saldo de milhões de mortos a nível global, as ideias que buscam separar as pautas dos setores oprimidos e da classe trabalhadora se “desmancham no ar”. Nunca a classe trabalhadora foi tão grande numericamente e tão feminizada. Olhar para o atual fenômeno de sindicalização nos Estados Unidos, por exemplo, onde alguns analistas falam de uma nova geração U – em referência à palavra Unions, que significa sindicatos - nos ajuda a ver como opressão e exploração formam o par ideal da exploração capitalista. Em empresas como Starbucks, o fenômeno da geração U foi encabeçado por uma maioria de jovens e LGBT’s; no processo de sindicalização da Amazon, uma maioria negra e latina. Setores explorados e oprimidos pelo capital, encontrando respostas na sua luta enquanto classe organizada.

Aqui no Brasil, a representatividade, o colorismo e o capitalismo negro tentam cooptar o crescente antirracismo que aflora em camadas cada vez mais amplas da sociedade para que este se torne inofensivo. Esta obra se inscreve no caminho oposto, combatendo cada uma destas ideias que tentam imprimir que é possível um capitalismo sem opressão, e coloca na ofensiva que é possível uma perspectiva de erradicação do racismo e do patriarcado, em que a superação da

sociedade de classes, que se alimenta da opressão racista, machista e misógina, é condição necessária. Como expõe a própria obra em um de seus textos, “se a burguesia, ao criar as fábricas e produção em massa produz, antes de mais nada, o seu próprio coveiro, ao criar o preconceito de cor e se apropriar do patriarcado, talvez tenha criado algumas das mais decididas incendiárias desse sistema, afinal, sob tanta opressão e exploração, para as mulheres negras, sobre pouco para perder” (Parks, 2021, p.71).

Referências

- CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Escritos sobre a guerra civil americana*. Artigos do New-York Daily Tribune, Die Presse e outros [1861-1865]. Londrina; São Paulo: Peleja; Aetia Editorial 2020. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/guerra/Escritos_sobre_a_Guerra_Civil_Americana.pdf Acesso em 06 ago. 2023.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. [1848]. São Paulo: Boitempo, 1998.
- PARKS, Leticia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina. *Mulheres negras e marxismo*. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021.
- TROTSKI, Leon *Contra la burocracia progresista y no progresista*. Disponível em <https://ceip.org.ar/X-Contra-la-burocracia-progresista-y-no-progresista> Acesso em 06 ago. 2023.